

RELATÓRIO E CONTAS 2019

PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados, da Reditus SGPS, S.A., relativos ao exercício de 2019.

1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

Enquadramento Macroeconómico

Economia internacional

Depois de uma recuperação temporária no primeiro trimestre, o PIB da área do euro abrandou novamente no segundo trimestre (de 0,4 para 0,2%, em taxa de variação em cadeia), e não recuperou o ritmo de crescimento até ao final do ano. Este abrandamento foi particularmente notório na principal economia da zona euro, a Alemanha, que evidenciou uma desaceleração ao longo do ano, liderada pelas quebras do seu sector industrial. O crescimento homólogo da Zona Euro no primeiro semestre situou-se em 1,2% (contra 1,9% no conjunto de 2018), tendo prosseguido a desaceleração no verão e Outono de 2019. A divergência entre os setores da indústria e dos serviços tem sido evidente na área do euro sendo que o ritmo de crescimento do valor acrescentado bruto na indústria diminuiu significativamente desde o início de 2018, enquanto nos serviços se manteve num nível sustentado, ainda que mais moderado. Na ótica da despesa, o contributo da procura interna para o crescimento do PIB manteve-se relativamente estável, enquanto o contributo das exportações líquidas foi fraco e teve um pior desempenho na segunda metade do ano. O crescimento do emprego na área do euro permaneceu robusto, mas evidenciou alguma tendo evidenciado uma maior desaceleração nas indústrias mais orientadas para a exportação.

Nos EUA, o PIB manteve um ritmo de crescimento robusto no primeiro semestre (2,5% em termos homólogos), embora abaixo do registado no decurso de 2018 (2,9% no conjunto do ano) e manteve um comportamento razoável ao longo da segunda metade do ano. Depois de alguma perturbação no início do ano resultante do encerramento dos serviços públicos e da deterioração da confiança dos consumidores, o consumo privado sustentou o crescimento da atividade, num contexto de continuação da situação muito positiva no mercado de trabalho. No entanto, o crescimento económico foi sendo afetado pelo aumento de tarifas com a China e pelo clima de incerteza criado pela possibilidade de medidas protecionistas adicionais. O investimento empresarial continuou fraco e as exportações tiveram um comportamento mais fraco que em 2018.

No que se refere às economias de mercado emergentes com maior importância no comércio externo português, destaca-se a continuação do processo de gradual desaceleração da economia chinesa. O

crescimento económico foi afetado pelo aumento das tensões comerciais, mas beneficiou de medidas de estímulo monetário e orçamental, mesmo assim limitadas pela necessidade de contenção da dívida dos agentes económicos, em particular devido ao elevado endividamento das empresas não financeiras. No Brasil, a atividade económica continuou a ser significativamente afetada pela incerteza quanto à política económica. O crescimento do PIB manteve-se fraco ao longo do ano. Angola teve um fraco desempenho decorrente do nível dos preços de petróleo e da falta de diversificação da sua economia.

Economia portuguesa

A economia portuguesa registou uma ligeira desaceleração da atividade económica passando de um crescimento de 2,4% em 2018 para 2,2% em 2019, a despeito de o enquadramento externo da economia portuguesa se ter tornado menos favorável ao longo do ano de 2019.

O comércio mundial desacelerou ao longo de 2018 e durante o ano de 2019, refletindo causas interrelacionadas, tais como o anúncio e a adoção de medidas protecionistas pelos Estados Unidos e China e a prevalência de elevados níveis de incerteza política, aliadas ao contexto de alongamento do ciclo económico global. O abrandamento das exportações e da indústria também se registou em Portugal, à semelhança do ocorrido nalguns dos nossos principais parceiros comerciais. Em contraste, o setor dos serviços permaneceu relativamente imune, o que permitiu a continuação de uma evolução favorável no mercado de trabalho com a taxa de desemprego a cair para níveis historicamente baixos. Em suma, a ligeira desaceleração da atividade em 2019 reflete a manutenção do dinamismo da procura interna – destacando-se a aceleração da FBCF, transversal a todos os setores institucionais – e um menor crescimento das exportações.

Em 2019 a inflação manteve-se em valores particularmente baixos, função, nomeadamente, da continuação de uma política monetária expansionista e de preços relativamente controlados do petróleo e muitas matérias-primas. As contas do Estado revelaram uma trajetória globalmente positiva, com o défice a convergir para o equilíbrio e a continuação do movimento de queda da Dívida Pública em percentagem do Produto.

Enquadramento Setorial

O mercado português de TIC

De acordo com a IDC, o mercado nacional de Tecnologias de informação cresceu 2,2% em 2019 para 8.240 milhões de euros, esperando-se um crescimento anual composto de 1,5%, até 2022. Esta evolução é, no entanto, fruto de um crescimento assimétrico dos seus subsegmentos. Por um lado, o mercado tradicional de TI apresenta uma tendência recessiva que se irá manter até 2021 e, por outro lado, em contraponto, os mercados dos aceleradores crescerão juntamente com os da terceira plataforma a uma taxa média superior a 7%.

De acordo com a IDC, em Portugal, a terceira plataforma (*cloud, mobilidade, social business e big data*) cresceu 15,7% em 2017 e o mercado de aceleradores de inovação (*IoT-Internet of Things, Robótica, Impressão 3D, entre outras*) teve um aumento de 15,2%. De acordo com este analista de

mercado as tecnologias de 3ª plataforma e aceleradores de inovação serão responsáveis por quase 2/3 do mercado nacional de TIC, o que representará oportunidades de negócio superior a 5.000 milhões de euros.

Em 2020, a terceira plataforma e os aceleradores de inovação representarão 52% da despesa com tecnologia em Portugal, havendo já 25% de empresas com projetos de transformação digital em curso.

Este processo de transformação das organizações irá por seu lado abrir outras oportunidades para os fornecedores de TI, nomeadamente ao nível das estratégias de governance, segurança, privacidade, agilidade (DevOps) e contratação na terceira plataforma. As maiores empresas portuguesas terão por esta razão equipas dedicadas à transformação digital, e mais de metade das organizações apostará no Canal para a distribuição e integração de serviços de grandes fornecedores, com mais de 50% das receitas a serem provenientes de Parceiros.

O mercado internacional de TIC

No plano internacional, os estudos da Gartner indicam que os gastos em Tecnologias de Informação (TI) atingiram os 3,8 milhões de milhões de euros, em 2019, representando um crescimento de 3,2% relativamente a 2018.

Na região EMEA a Gartner estimam igualmente um crescimento, mas de menor dimensão. De acordo com este analista, os gastos em Tecnologias de Informação (TI) na região EMEA sofreram um incremento de 2%, ascendendo a 973 mil milhões de dólares (cerca de 864 mil milhões de euros), em 2019.

De acordo com a Gartner, o mercado EMEA de TI tem estado estagnado e os crescimentos verificados devem-se em grande parte ao aumento do valor do Euro face ao dólar americano. Ainda de acordo com este analista, os gastos em TI nesta região vão continuar estagnados até que o ambiente desconhecido em torno do Brexit seja resolvido.

A Gartner aponta para uma queda em 2019 do mercado de computadores, após um recuo de 9,1% em 2018.

Também os smartphones sofreram um abrandamento da sua evolução, passando de um crescimento de 4,7% em 2018 para uma quebra de 1,1% em 2019.

De acordo com a Gartner, os gastos mundiais em *software* aumentaram 8,4%, em 2019, ascendendo aos 345 mil milhões de euros.

Para a IDC, o crescimento foi impulsionado por ofertas e operações alicerçadas no digital, estimando que em 2022 pelo menos 60% do PIB mundial será digitalizado e que as organizações que tardem em incorporar rapidamente o digital nos seus processos e produtos competirão apenas por uma pequena fatia do mercado.

De acordo com este analista, a digitalização das cadeias de valor das economias conduzirá a uma redução da fronteira entre mercados e regiões e, conseqüentemente, a uma generalização cada vez maior das tendências do mercado de TIC.

Tendências Tecnológicas

As estimativas da IDC sobre a contribuição do digital para o PIB mundial, permitem perceber que, apesar de assimétrica, a globalização tecnológica é uma realidade com impacto crescente na competitividade das organizações independentemente da sua dimensão, sector de atividade ou mercado geográfico da sua intervenção.

Esta é uma tendência e um sinal distintivo das novas empresas, que nascem já dentro de um ambiente tecnológico bastante competitivo, e a partir do qual desenvolvem as suas vantagens competitivas, mas também das outras com processos suportados em ambientes tecnologicamente menos evoluídos, mas cuja competitividade depende da sua capacidade em implementar processos rápidos de transformação digital.

Até 2023, a IDC prevê que mais de metade (52%) do PIB global virá de empresas transformadas digitalmente. Este processo de evolução tecnológica será alavancado por um conjunto de tecnologias como a *cloud* distribuída, Inteligência Artificial (AI), *edge computing*, *hyperagile* e *interfaces* de utilizador controlados por voz, entre outras, que a IDC coloca no patamar da 3ª plataforma e que a Gartner considera serem a base da “malha digital inteligente”.

Nos últimos anos as tendências tecnológicas estavam centradas à volta do conceito de uma malha digital inteligente, na qual os dispositivos inteligentes fornecem serviços inteligentes em todo o lado. De acordo com a Gartner, apesar desta malha digital continuar a ser importante, as tendências de 2020 estão estruturadas à volta do conceito de espaços inteligentes centrados nas pessoas (*people-centric smart spaces*), o que implica uma análise de como as tecnologias afetam as pessoas e os espaços frequentados por estas. Não obstante, estas tendências não existem de forma isolada, estando suportadas em tecnologias, pelo que as empresas deverão decidir sobre quais as melhores combinações tecnológicas. Entre as tecnologias com mais relevância pode-se distinguir a *Multicloud*, a Inteligência Artificial, o *Blockchain*, o *Edge Computing* e as ferramentas ágeis para desenvolvimento de *software*.

Hiperautomatização – A Hiperautomatização corresponde a um estado de desenvolvimento organizacional em que as empresas combinam Inteligência Artificial com Machine Learning para identificar e automatizar rapidamente os seus processos de negócio através da utilização de várias ferramentas e tecnologias. Para além do desenvolvimento de tarefas, a Hiperautomatização estende-se a funções como a investigação, análise, design, automatização, mensuração, monitorização e reavaliação, sem que para isso haja uma dependência de decisões e ações humanas, como acontecia com a automatização.

Multiexperiência - A Multiexperiência substitui pessoas com conhecimento de tecnologia por tecnologia com conhecimento de pessoas. Nesta tendência, a ideia tradicional de um computador evolui de um único ponto de interação para incluir interfaces multissensoriais e multitoque, como dispositivos de vestir e sensores avançados de computador. A multiexperiência move-se através dos sentidos humanos, o que cria uma experiência mais rica e imersiva podendo evoluir para a experiência ambiental.

Democratização – Através da Democratização os utilizadores têm acesso fácil e de baixo custo a conhecimentos técnicos ou de negócios. Foca em quatro áreas principais - desenvolvimento de aplicações, dados e análises, *design* e conhecimento - e é frequentemente chamado de "acesso do cidadão", o que levou ao aparecimento de cientistas de dados do cidadão, programadores do cidadão e muito mais. Esta tendência tecnológica fornece conselhos, toma medidas e amplia a experiência do utilizador. Também pode reduzir a linha do tempo e o aumento de recursos para um determinado projeto.

Human Augmentation - *Human Augmentation* traduz-se pelo uso da tecnologia e da ciência para aumentar as experiências cognitivas e físicas de uma pessoa. Este não é um conceito mas a introdução de computadores acrescentou-lhe uma nova dimensão. A tecnologia está agora prestes a ir mais além, permitindo a incorporação de capacidades sobre-humanas, como um implante que liga o cérebro humano diretamente a um computador ou a um dispositivo exoesqueleto que oferece força sobre-humana. A Gartner estima que a muito curto prazo as organizações de TI estenderão as políticas de BYOD (*Bring your own device*) ao BYOE (*Bring Your Own Enacement*) para incorporação de humanos aumentados na força de trabalho.

Empowered Edge – Através do Edge Computing o processamento de informações e a recolha e entrega de dados ficam mais próximas das fontes de informações. Ao manter o tráfego local e distribuído reduz-se a latência da informação. Isso inclui toda a tecnologia na Internet das Coisas (IoT). O *Empowered Edge* examina como estes dispositivos aumentam e formam as bases para espaços inteligentes, aproximando as aplicações e os serviços importantes das pessoas e dispositivos. De acordo a Gartner em 2023, haverá 20 vezes mais dispositivos inteligentes em *Edge Computing* do que nas funções de TI convencionais.

Multicloud - Nos próximos quatro ou cinco anos, a IDC prevê uma tendência das empresas em adotar ferramentas e estratégias híbridas ou *multicloud* integradas. A integração de tecnologias de clouds públicas será o ponto de partida para esse modelo de cloud distribuída. Para este efeito, os fornecedores de serviços *multicloud* focar-se-ão numa fase inicial em unir as suas próprias ofertas de *cloud* pública com os locais e periféricos dos clientes fornecendo aos clientes uma implementação e gestão mais fáceis em várias plataformas.

Coisas Autónomas - Coisas autónomas são dispositivos físicos que usam a IA para automatizar funções executadas anteriormente por seres humanos. Podem ter várias funções como pequenos drones ou carros e navios autónomos. Actualmente são maioritariamente usados em ambientes fechados, como minas ou armazéns, mas acabarão por evoluir para mais espaços abertos.

Blockchain, criptografia e segurança – Os investimentos em *blockchain* estão a crescer a um ritmo acelerado estimando a IDC investimentos de 11,7 mil milhões de dólares até 2022. Esta é uma tendência que levará as empresas a participar progressivamente em várias redes de *blockchain* de forma a acomodar dados de transações de forma segura, ou como um elemento de aplicações que requerem elevado desempenho em tempo real e a ligação a outras fontes de dados.

A criptografia, mais especificamente a “criptografia penetrante”, passará a cobrir todas as plataformas, incluindo bases de dados, aplicações, sistemas de ficheiros, APIs e logs de sistema, entre outros. A IDC acredita que, até 2022, 50% das plataformas de servidores vão ter algum tipo de

criptografia penetrante embebidos nos seus ambientes operacionais e que, conjuntamente com a inteligência artificial, terá um grande impacto na cibersegurança das empresas e organizações.

Segurança de Inteligência Artificial – O aumento de soluções de IA e de potenciais pontos de ataque através dos dispositivos IoT e dos serviços interligados criam um desafio de segurança ao nível da Proteção dos sistemas e dados, melhoria dos sistemas de defesa e identificação pró-ativa dos ataques através da utilização de IA.

O mercado português Contact Centers

O sector português de CC é composto por 37 empresas e apresenta um volume de negócios à volta dos 800 milhões de euros.

O sector apresenta um baixo grau de maturidade quando comparado com outros mercados europeus, apresentando taxas de crescimento de 12% e 8%, para 2018 e 2019 respetivamente.

Embora apresente uma ligeira redução no crescimento, a DBK estima que nos próximos anos o sector continue a apresentar taxas de crescimento atrativas à volta dos 6%. Para este crescimento contribui também o lançamento de serviços associados a novas tecnologias.

A atratividade do mercado português promoveu o aparecimento de empresas de pequena dimensão, bem como a entrada de multinacionais no mercado português. A sua estrutura empresarial apresenta, no entanto, uma grande concentração, com as 5 maiores empresas a deterem uma quota de mercado de 72% e as 10 maiores de 88%. Esta é uma realidade com tendência a agravar-se fruto de operações lideradas pelas empresas de maior tamanho.

No mercado português dos *Contact Centers* continuamos a assistir a uma tendência crescente da estratégia de externalização da atividade. De 2017 para 2018 assistiu-se a um crescimento de 53% para 78% desta tendência de externalização, na sequência de uma política de redução de custos e acesso a recursos com competências específicas. Desta política resulta igualmente uma concentração de operações relevantes em operadores especializados na gestão de recursos humanos, assumindo os clientes a componente de gestão e evolução dos processos de negócio.

Em termos geográficos as operações estão sobretudo concentradas na região de Lisboa (43%); Porto (12,5%); e Coimbra (5%). Coimbra passa a ser o terceiro distrito com maior relevo nacional nas operações de *Contact Center* por troca com Braga.

A receção de chamadas constitui o principal motor de crescimento do sector. A faturação neste segmento representa mais de 67% do total do sector e 500 milhões de euros de facturação. A emissão de chamadas, por seu lado, representa cerca de 20% do total do sector, cabendo o restante a outros serviços, os quais têm tido uma tendência de crescimento de quota de mercado.

Por segmentos de atividade, de acordo com a Associação Portuguesa de *Contact Centers*, destacam-se os sectores de Telecomunicações, Media e Financeiro como os principais segmentos de procura a valerem 46% do total das receitas, seguidos dos Seguros e Retalho com 18% no total.

O aumento de determinadas despesas e a concorrência bastante agressiva refletiram-se nas margens praticadas e impediram uma melhoria significativa da rentabilidade do sector. No entanto, e apesar da rivalidade, o aumento das vendas, juntamente com os esforços para a introdução de novos serviços e tecnologias de suporte, novos modelos de valorização dos serviços e flexibilização das estruturas, permitem antecipar um crescimento moderado das margens das maiores empresas.

A expansão da oferta de serviços, a melhoria dos canais de comunicação alternativos, especialmente o *e-mail* e redes sociais, e a incorporação de inovações tecnológicas com vista à melhoria da experiência do cliente, em linha com as previsões de tendência tecnológica, encontram-se entre as principais tendências que irão moldar a atividade das empresas do sector a curto e médio prazo.

2. Perspetiva Geral dos Negócios

Com uma forte presença nacional e internacional, a Reditus disponibiliza serviços e soluções em três áreas, *IT Consulting*, *IT Outsourcing* e BPO.

IT Consulting

A área de *IT Consulting* integra os segmentos de Desenvolvimento Aplicacional e Integração e *Outsourcing* Especializado.

Desenvolvimento Aplicacional e Integração

Em 2019, a Reditus reforçou a sua oferta nos segmentos da oferta de *IT Consulting* e *IT Outsourcing*, entendidas como aqueles com maior potencial de crescimento, face ao posicionamento da empresa no mercado e às perspectivas de negócio.

Os temas associados à transformação digital das organizações têm sido uma referência na estratégia das empresas e vão continuar a marcar as suas agendas de TI, de forma a dar resposta aos desafios críticos de negócio. As tecnologias da 3ª plataforma como a *Cloud*, *Mobile*, *Social*, *Big Data*, *IoT* (*Internet of Things*) ou soluções de desenvolvimento *Agile*, continuam a estar no centro dos interesses e objetivos das organizações.

Durante o ano de 2019, na área de Desenvolvimento Aplicacional e Integração, foram reforçados o posicionamento e a visibilidade no mercado através do desenvolvimento de projectos em clientes de referência, com soluções de *Enterprise Content Management*, *Analytics*, *Customer Engagement* e *Business Solutions*.

Durante o ano de 2019, sentiu-se um aumento da procura por este tipo de serviços com o objetivo de otimizar e flexibilizar os processos organizacionais e responder rapidamente às novas solicitações dos negócios.

Para 2020, a Reditus pretende apresentar uma oferta de soluções que permitam:

- Potenciar e reforçar as oportunidades de *cross selling* na oferta de serviços;
- Identificar oportunidades de upsell na base instalada por integração das ofertas;
- Apresentar oferta específica para entidades e operadores globais que possam potenciar essa oferta nos seus clientes.

Outsourcing Especializado

Os desafios impostos por uma economia global cada vez mais competitiva, exigem uma qualificação acrescida de competências tecnológicas. A escassez de recursos técnicos qualificados, por um lado, e a gestão orçamental, por outro, colocam desafios cada vez mais exigentes às Organizações.

A Reditus tem vindo a trabalhar no desenvolvimento de soluções diferenciadoras através do fornecimento de recursos altamente qualificados em regime de *Outsourcing*.

Desta forma, como estratégia potenciadora da recuperação de quota de mercado, privilegiou-se o reforço de sinergias com parceiros de referência, ao mesmo tempo que se favoreceu a colocação de perfis com maior qualificação, pela capacidade de gerarem margens de negócio superiores e uma diferenciação positiva, face à concorrência.

Esta abordagem permitiu-nos identificar domínios estratégicos de oferta, tendo em consideração não só o seu potencial de crescimento, mas também o potencial de negócio, pelo que em 2020 a Reditus irá manter os seus esforços na sua afirmação como um *key player* em serviços de OE de maior especialização e valor acrescentado.

2.1. IT Outsourcing

O segmento de Infraestruturas de TI da Reditus oferece ao mercado soluções compostas por serviços e projetos focados em infraestruturas de Tecnologias de Informação. Os serviços incluem a gestão, administração e suporte de plataformas tecnológicas, numa lógica de contrato de responsabilidade ou de *outsourcing* funcional.

A aposta em Serviços Geridos nas instalações dos clientes e na prestação de Serviços de Assistência e Manutenção, particularmente como suporte a contratos de Parceiro Internacionais, foram as actividades que apresentaram maiores índices de crescimento. Especificamente, nos contratos com Parceiros Internacionais foi atingido um crescimento de volume de negócios superior a 40%.

Em 2019 a Reditus focou-se na segmentação de contas por áreas da oferta, de forma a avaliar o seu potencial e permitir a definição de acções de *marketing* e comunicação específicas às áreas a desenvolver. Desta forma, na área de Infraestruturas foi reforçada a aposta na oferta de Serviços Geridos, na Monitorização, na Hiper-convergência e nos serviços baseados em *Cloud*. Esta abordagem, promoveu o foco nas competências internas e no desenvolvimento do negócio nas diferentes áreas da oferta.

Nos domínios considerados como estratégicos, a Reditus irá manter a sua linha de atuação, com pequenos ajustes nas várias linhas orientadoras, nomeadamente:

- Na manutenção da base instalada e angariar projetos de média/grande dimensão nos serviços geridos, de forma a otimizar recursos e equipas;
- No desenvolvimento de oportunidades via parceiros internacionais;
- No endereçamento agressivo do mercado das PME com a oferta *Full IT Outsourcing*, para potenciar os serviços em Gestão de Sistemas;
- No reforço da relação de topo com parceiros estratégicos;
- Na aposta nas formações e certificações das equipas Reditus.

BPO

A área de BPO da Reditus agrega as competências não tecnológicas do Grupo, nomeadamente de BPO, Contact Center e Shared Services.

Os mercados de *Business Process Outsourcing* e *Contact Center*, apresentam uma maturidade assinalável, que se reflete na maior complexidade dos projectos existentes para o prestador de serviços com o objetivo de os tornar mais simples para os utilizadores desses serviços.

Em 2019, para além das renovações de vários contratos já em *outsourcing* e que foram a consulta para as respetivas renovações, o mercado ficou igualmente marcado pelo incremento da aposta da Administração Pública no *outsourcing* de serviços. Esta dinâmica foi acompanhada pela Reditus, que logrou angariar novos Clientes e projectos para esta unidade de negócio.

Num cenário de pleno emprego, a contratação trouxe desafios acrescidos ao sector em 2019. Também a evolução dos canais de contacto com os candidatos continua a sua evolução, com preponderância para as redes sociais.

Esta realidade obriga a reforçar os modelos de retenção e motivação dos colaboradores, por forma a aumentar as taxas de retenção, mas também a repensar os modelos de formação e integração de novos colaboradores.

A sofisticação dos processos e sistemas de suporte ao negócio continuam a ser preponderante para a melhoria da Qualidade, eficiência e standardização dos serviços, através da automação e robotização.

Na área de BPO prosseguiu-se o caminho do aumento da rentabilidade e consequentemente da sustentabilidade económica da actividade. Num contexto de forte aumento de custos operacionais, a Reditus equilibrou a rentabilidade dos projetos aumentando a eficiência operacional e focou-se no desenvolvimento de novos negócios, o que permitiu angariar novos Clientes de referência. A qualidade reconhecida na entrega permitiu um crescimento assinalável na base instalada de Clientes.

O ano de 2019 marca igualmente um período de estabilidade nas estruturas de gestão de *Client Services*, depois das alterações havidas nos três anos anteriores. O foco foi colocado na equipa de Selecção e Recrutamento, bem como nas estruturas de formação específicas da Unidade.

A implementação de *Robotic Process Automation (RPA)* nas operações de *Contact Center* e BPO começa em 2019 a tornar-se uma *commodity*. Fruto dos investimentos realizados no último triénio, a Reditus entrou em 2019 com vários processos de robotização em produção, quer na substituição do humano, quer na disponibilização de *self service IVR* (Interactive Voice Response), utilizando *Natural Language Processing (NLP)*.

Continua a haver uma fina barreira que diferencia *outsourcing* de pessoas e *outsourcing* de serviços, levando a que por vezes estes dois conceitos sejam confundidos e se destrua valor neste mercado em Portugal. Ambos são modelos válidos de *outsourcing*, mas não devem ser confundidos. A Reditus vai continuar a apostar na oferta de soluções de *outsourcing* de serviços, promovendo uma cultura interna de inovação e sofisticação não só da oferta, mas também dos projectos existentes que se querem em constante evolução.

Em 2020 iremos reforçar a forte aposta nas pessoas, desde a angariação, à inovação nos formatos de formação, à retenção e motivação. Vamos continuar a investir na componente de Tecnologias de Informação associada aos processos de negócio, utilizando ferramentas próprias e *standards* de mercado, com vista a ter em cada momento a melhor solução para os nossos Clientes.

3. Perspetivas para 2020

Sendo adequado a utilização do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras, a Administração considera que: i) o elevado nível de endividamento bancário e; ii) o atraso continuado no repatriamento de divisas do mercado africano, limitou nos exercícios de 2018 e 2019 a liquidez de tesouraria, para o cumprimento atempado das suas obrigações.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da sociedade em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, tendo os recursos necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

Salientamos que, foi desenvolvido um plano estratégico e iniciada a sua implementação no exercício de 2018 tendente à revitalização e solidez da função financeira e equilíbrio dos fluxos de tesouraria, cuja concretização será materializada no decurso do exercício de 2020, quanto aos seguintes vectores:

- (i) Reestruturação do passivo global do grupo, nomeadamente a dívida bancária com implementação de solução estruturante em curso.
- (ii) Renegociação do passivo fiscal com implementação de acordos prestacionais a médio e longo prazo com base em período de 12,5 anos, ao abrigo dos mecanismos legais em vigor;
- (iii) Reconversão e racionalização do parque imobiliário, transformando este parque em ativos de rendimento;
- (iv) Implementação de modelos financeiros que permitam assegurar o repatriamento de divisas do mercado internacional, nomeadamente quanto a clientes do sector público de países africanos como Angola, por via da linha protocolada entre Portugal – Angola para cobertura de riscos de exportações nacionais de bens, serviços e equipamentos e cujo recebimento será assegurado em Portugal em euros.
- (v) Negociação com clientes internacionais para o recebimento em Portugal de divisas em USD, nomeadamente quanto aos serviços prestados a clientes do sector do Oil & Gas;
- (vi) Redução de custos na estrutura central, com implementação em curso de medidas de racionalização tais como a renegociação das condições dos seguros do grupo, redução e adequação da frota, comunicações, instalações entre outras;
- (vii) Redução de custos de *overheads*, com implementação em curso de medidas de centralização de serviços e reestruturação da política de remunerações;

- (viii) Desenvolvimento de modelos de gestão com introdução de componentes de robotização e de inteligência artificial que permitam uma redução e racionalização de custos operacionais e melhoria de eficiência por via da implementação de procedimentos de melhoria contínua;
- (ix) Intensificação do desenvolvimento, em função das atuais capacidades da empresa e da procura a si dirigida pelos seus principais clientes, e de ofertas mais sofisticadas nos produtos de segurança, *disaster recovery*, 3ª plataforma (*cloud, mobilidade, social business e big data*), virtualização e aceleradores de inovação (*IoT – Internet of Things, Robótica, Impressão 3D*);
- (x) Foco na rentabilidade e na sustentabilidade das operações através monitorização e partilha constante dos resultados das operações, aliada à inovação nos processos e tecnologias de suporte *inhouse*;
- (xi) Modelo de dinamização de negócio para recuperação de *market share* em segmentos estratégicos e aumento do volume de negócios, com a angariação de novos clientes via *nearshoring* e parceiros internacionais.

Para além das ações planeadas e executadas no âmbito dos vetores referidos, a administração, pretendendo ainda assegurar a continuidade da operação, tem empreendido ações que visam tornar a sociedade mais resiliente a eventuais acontecimentos que possam comprometer de forma grave a sua atividade. Esses incidentes podem ser naturais (condições climatéricas extremas, terramotos...), físicos (Incêndio e outras emergências, fuga tóxica nas proximidades, intrusão, terrorismo...), humanos (greves, tumultos, terrorismo, pandemias...), ou de segurança de informação (Roubo ou perda de informação, *software* malicioso...).

Assim, e de acordo com as boas práticas e normativos aplicáveis em particular a norma “ISO 22301:2019, Security and resilience Business Continuity Management Systems Requirements”, a ISO “31000:2009 Risk Management Principles and Guidelines” e a “BS 11200:2014 Crisis Management Guidance and Good Practice”, a Reditus deu início à implementação de um Sistema de Gestão da Continuidade de Negócio (isto é, um sistema composto por políticas, recursos, processos e procedimentos para assegurar o funcionamento contínuo do negócio, ou a sua recuperação atempada, no caso da ocorrência de eventos suscetíveis de perturbar o normal desenrolar da atividade, sejam eles de origem natural, física, humana ou tecnológica).

Para tal, selecionou, de entre os seus processos e serviços, os críticos, avaliou os riscos e efetuou a análise do impacto (BIA – *Business Impact Assessment*). Em função do resultado desenhou o seu Plano de Continuidade de Negócio (PCN), que inclui ações para a resposta à emergência, para a gestão da crise e comunicação, e para a recuperação. Este plano agrega ainda as ações decorrentes dos Planos de Continuidade dos Serviços contratualizados com os clientes e tem vindo a ser implementado, testado e ajustado.

4. Principais Indicadores Financeiros

A Reditus SGPS obteve em 2019 cerca de 5.417.467 de euros de Perdas imputados de subsidiárias, um EBITDA negativo de 5.604.899 euros e um Resultado Líquido negativo de 5.988.103 euros.

5. Aplicação de Resultados

Tendo o exercício de 2019 encerrado com um resultado líquido negativo de 5.988.103,02 euros, o Conselho de Administração propõe que:

- O valor de 5.988.103,02 euros seja transferido para Resultados Transitados.

6. Fatos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Como factos relevantes ocorridos em 2020, até à data de emissão do presente relatório destacamos:

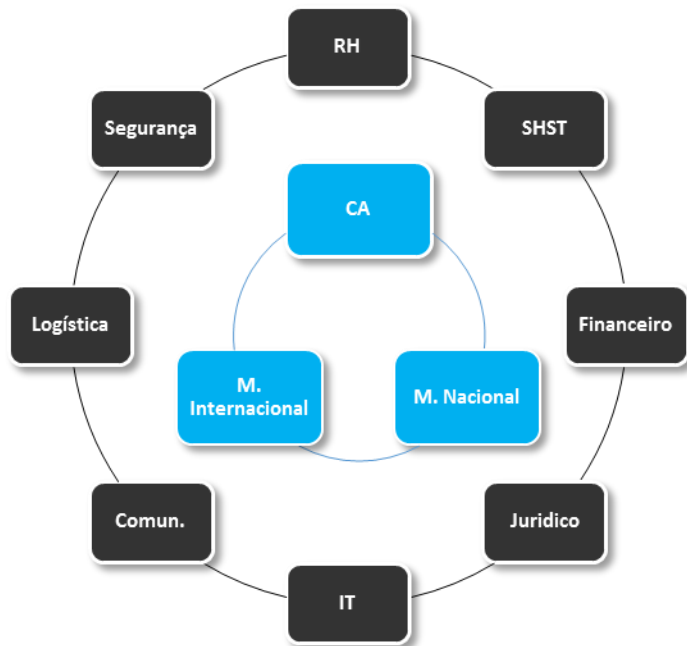
Covid-19

A propagação do vírus SARS-CoV-2, com início ainda no final de 2019, rapidamente atingiu proporções alarmantes provocando a pandemia de COVID-19.

O impacto na economia, no emprego e nas empresas é já muito significativo e a Reditus, embora seja das organizações menos afetadas, não é imune a este tipo de situações, principalmente se se prolongarem por muito tempo.

Desde o início de 2020 que a Reditus monitoriza a situação, recorrendo à informação disponibilizada pelas entidades oficiais a nível internacional e nacional.

O Conselho de Administração constituiu um grupo de trabalho *ad hoc* multidisciplinar por si coordenado e que inclui os responsáveis dos mercados e de áreas de suporte (RH, SHST, Financeira, Jurídica, IT, Comunicação, Logística e Segurança) que reúne frequentemente (agora diariamente) para poder avaliar os dados sobre o impacto da crise nas várias dimensões da organização (saúde das pessoas, operações, desempenho económico e financeiro e estratégia a curto e médio prazo) e reagir coordenadamente.



Grupo Ad hoc para o Covid-19

Com o aumentar do risco de contaminação pelo vírus SARS-CoV-2 em Portugal, o Conselho de Administração ativou o PCN (Plano de Continuidade do Negócio da Reditus), cujos cenários incluem, pelo menos desde a crise da Gripe A, o de **pandemia**.

As ações desencadeadas até ao momento, muitas das quais se anteciparam às recomendações emitidas e restrições impostas pelas autoridades, têm sido eficazes até ao momento.

Cronologicamente destacamos:

- 5 de março - Comunicação e operacionalização do Plano de Contingência para o Coronavírus cujo objetivo era reforçar as ações de prevenção e definir como atuar perante a suspeita de que algum colaborador da Reditus, visitante, cliente ou outras pessoa contactada, pudesse estar infetado. Este plano foi elaborado em linha com o conteúdo do PCN e de acordo com as recomendações entretanto emitidas pelas autoridades de saúde nacionais.

Neste âmbito foram desde logo:

- Reforçadas e revistas as medidas gerais de prevenção com a redução do contacto social evitando reuniões e visitas, proibindo viagens; promovendo a utilização de meios de comunicação à distância, disponibilizando solução alcoólica para higienização das mãos.
- Empreendidas as ações de informação e sensibilização aos colaboradores através de vários meios e suportes.
- Estabelecidos canais de comunicação com outras partes interessadas (com destaque para clientes, parceiros e fornecedores);
- Revistos e melhorados os procedimentos de higienização dos espaços de trabalho e outros;
- Preparadas zonas de isolamento.
- Definidos procedimentos de reação para casos suspeitos;
- Disponibilizadas máscaras e luvas para utilização onde necessárias;

- Promovida a revisão dos planos de continuidade dos serviços em conjunto com os clientes.

Este Plano de Contingência para o Coronavírus foi sendo posteriormente revisto em função da evolução da situação, nomeadamente a declaração de pandemia e mais tarde a de estado de emergência.

- 9 de março – Início da separação física das equipas mais numerosas em diferentes *sites* ou centros de serviço. Esta medida permite aumentar mais o distanciamento social, e assegurar a continuidade do serviço caso seja necessário evacuar algum dos locais.

Regresso a Portugal de todos os colaboradores deslocados no estrangeiro.

Alteração progressiva dos processos de trabalho (permitindo reduzir as necessidades de deslocações e contactos presenciais).

- 12 de março – Início da mudança para teletrabalho de todos os colaboradores cujas funções o permitissem. A quase totalidade das equipas de suporte e gestão foram colocadas em teletrabalho assim como as equipas afetas à grande maioria dos serviços. Este processo foi concluído em menos de 1 semana.

Com estas medidas a Reditus limitou o impacto da COVID-19 na sua atividade uma vez que consegue assegurar a prestação dos serviços a todos os seus clientes não se prevendo uma alteração significativa no ritmo de trabalho nem na rentabilidade das operações.

Apesar de se verificar uma ligeira diminuição da atividade global decorrente da redução dos volumes de trabalho de dois clientes (um do sector segurador e outro do sector financeiro), o processo comercial mantém-se ativo e dinâmico.

É de referir que, não se conseguindo estimar com alguma certeza o final desta pandemia, estão também a ser tomadas medidas para reduzir custos associados a atividades não críticas, reduzir e racionalizar *overheads* e rever políticas de remuneração de forma a mitigar as consequências de uma potencial redução de proveitos.

Com base no acima exposto, a administração da Reditus acredita que, apesar da pandemia, conseguirá atingir os principais objetivos delineado para 2020.

Do ponto de vista estratégico, iniciou-se já um estudo do que poderá ser “o novo” da atividade, dos processos e do mercado - “o novo normal”, capitalizando a aprendizagem já efetuada e procurando preparar a organização para um futuro de sucesso.

Assim, à data do presente relatório, o Conselho de Administração considera que dispõe dos recursos necessários para manter a atividade e que se mantém válido o pressuposto da continuidade das operações utilizado nas demonstrações financeiras agora apresentadas.

7. Declaração de Conformidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão, das contas anuais, da Certificação Legal de Contas e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais declaram que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

8. Agradecimentos

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes nas sociedades do Grupo Reditus, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objetivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Conselho Fiscal, do Conselho de Estratégia, das Comissões Especializadas, dos Bancos, Auditores e dos outros parceiros de negócios, alicerçando a sustentabilidade do futuro do Grupo Reditus.

Alfragide, 15 de maio de 2020

O Conselho de Administração,

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Presidente

Eng. José António da Costa Limão Gatta – Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Dr. Hélder Filipe Ribeiro Matos Pereira – Administrador

ANEXO

PARTE II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REDITUS, SGPS, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro 2019	31 de dezembro 2018 - Reexpresso
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	7.800	7.800
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	37.886.051	43.260.974
Ativos por impostos diferidos	8	1.973.115	1.870.462
Total do ativo não corrente		39.866.966	45.139.237
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	106.297	7.825
Estado e outros entes públicos	15	93.008	81.663
Outros créditos a receber	9	4.425.898	4.719.905
Diferimentos	10	3.009	6.012
Ativos financeiros detidos para negociação	11	7.166	8.109
Caixa e depósitos bancários	4	298	298
Total do ativo corrente		4.635.676	4.823.811
Total do ativo		44.502.642	49.963.048
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	14.638.691	14.638.691
Ações (quotas) próprias	12	(255.183)	(255.183)
Prémios de emissão	12	9.952.762	9.952.762
Reservas legais	12	2.086.160	2.086.160
Outras reservas	12	2.726.322	2.726.322
Resultados transitados	12	(10.043.146)	(1.218.806)
Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio	12	(62.368)	(104.912)
Excedentes de revalorização		5.939	5.939
		19.049.177	27.830.973
Resultado líquido do período		(5.988.103)	(8.824.339)
Total do capital próprio		13.061.074	19.006.634
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		-	-
Financiamentos obtidos	13	1.022.678	20.290.968
Estado e outros entes públicos	15		2.086.656
Total do passivo não corrente		1.022.678	22.377.624
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	466.112	439.141
Estado e outros entes públicos	15	4.489.256	2.293.455
Financiamentos obtidos	13	23.708.553	3.614.805
Outras dívidas a pagar	14	1.754.968	2.231.389
Total do passivo corrente		30.418.890	8.578.790
Total do passivo		31.441.568	30.956.414
Total do capital próprio e do passivo		44.502.642	49.963.048

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de dezembro 2019	31 de dezembro 2018 - Reexpresso
Vendas e serviços prestados			
Subsídios à exploração			
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	(5.417.467)	(7.677.186)
Fornecimentos e serviços externos	16	(216.401)	(248.412)
Gastos com o pessoal	17	(36.739)	(36.914)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	(7.500)	-
Outros rendimentos	18	93.721	46.178
Outros gastos	19	(28.013)	(371.696)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(5.612.399)	(8.288.030)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			€
		(5.612.399)	(8.288.030)
Juros e rendimentos similares obtidos	20	59.993	47.828
Juros e gastos similares suportados	20	(660.246)	(765.126)
Resultado antes de impostos		(6.212.653)	(9.005.329)
Imposto sobre o rendimento do período	8	224.550	180.990
Resultado líquido do período		(5.988.103)	(8.824.339)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2019

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2019	12	14.638.691	(255.183)	9.952.762	2.086.160	2.726.322	(1.218.806)	(104.912)	5.939	(8.824.339)	19.006.634
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							(8.824.339)			8.824.339	-
Outras variações Capitais Próprios								42.544			42.543,75
		<u>14.638.691</u>	<u>(255.183)</u>	<u>9.952.762</u>	<u>2.086.160</u>	<u>2.726.322</u>	<u>(10.043.146)</u>	<u>(62.368)</u>	<u>5.939</u>	<u>-</u>	<u>19.049.177</u>
Resultado líquido do período										(5.988.103)	(5.988.103)
Resultado integral										<u>(5.988.103)</u>	<u>13.061.074</u>
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações		(58.554.764)	1.171.255	-	-	1.204.053	27.798.873	28.380.583	-	-	-
		<u>(58.554.764)</u>	<u>1.171.255</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.204.053</u>	<u>27.798.873</u>	<u>28.380.583</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Posição no fim do período 2019		<u>(43.916.073)</u>	<u>916.072</u>	<u>9.952.762</u>	<u>2.086.160</u>	<u>3.930.375</u>	<u>17.755.727</u>	<u>28.318.215</u>	<u>5.939</u>	<u>(5.988.103)</u>	<u>13.061.074</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2018 (REEXPRESSO)

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2018	12	73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.086.160	1.522.269	(20.318.932)	(28.380.584)	5.939	(7.479.941)	29.154.690
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							(7.479.941)			7.479.941	-
Outras variações Capitais Próprios							(1.218.806)	(104.911)			(1.323.717,27)
		<u>73.193.455</u>	<u>(1.426.438)</u>	<u>9.952.762</u>	<u>2.086.160</u>	<u>1.522.269</u>	<u>(29.017.679)</u>	<u>(28.485.495)</u>	<u>5.939</u>	<u>-</u>	<u>27.830.973</u>
Resultado líquido do período										(8.824.339)	(8.824.339)
Resultado integral										<u>(8.824.339)</u>	<u>19.006.634</u>
Operações com detentores de capital no período											
Outras operações		(58.554.764)	1.171.255	-	-	1.204.053	27.798.873	28.380.583	-	-	-
		<u>(58.554.764)</u>	<u>1.171.255</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.204.053</u>	<u>27.798.873</u>	<u>28.380.583</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Posição no fim do período 2018		<u>14.638.691</u>	<u>(255.183)</u>	<u>9.952.762</u>	<u>2.086.160</u>	<u>2.726.322</u>	<u>(1.218.806)</u>	<u>(104.912)</u>	<u>5.939</u>	<u>(8.824.339)</u>	<u>19.006.634</u>

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		139.474	1.736.075
Pagamentos a fornecedores		(288.358)	(310.536)
Pagamentos ao pessoal		(11.090)	(15.002)
Caixa gerada pelas operações		<u>(159.974)</u>	<u>1.410.537</u>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos / pagamentos		(612.693)	1.691.620
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u>(772.667)</u>	<u>3.102.157</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		71	-
Dividendos		-	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		<u>71</u>	<u>-</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Financiamentos obtidos Grupo		5.228.721	5.061.040
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>5.228.721</u>	<u>5.061.040</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(541.211)
Financiamentos obtidos Grupo		(3.844.726)	(7.045.596)
Juros e gastos similares		(225.976)	(619.129)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>(4.070.702)</u>	<u>(8.205.936)</u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]		<u>1.158.019</u>	<u>(3.144.896)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		385.422	(42.739)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(399.048)	(356.309)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	(13.625)	(399.048)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, constituída em 1966 e com sede social em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro nº 125 loja 2 1050-052.

As demonstrações financeiras e as notas anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de abril de 2020. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da sociedade em continuidade. Sendo adequado a utilização do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras, a Administração considera que i) o elevado nível de endividamento bancário e ii) o atraso continuado no repatriamento de divisas do mercado africano, tem limitado a liquidez de tesouraria, para o cumprimento atempado das suas obrigações. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, tendo os recursos necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

Salientamos que, foi desenvolvido um plano estratégico e iniciada a sua implementação no exercício de 2018 tendente à revitalização e solidez da função financeira e equilíbrio dos fluxos de tesouraria, cuja concretização será materializada no decurso do exercício de 2020, quanto aos seguintes vectores:

- (i) Reestruturação do passivo global do grupo, nomeadamente a dívida bancária com implementação de solução estruturante em curso;
- (ii) Renegociação do passivo fiscal com implementação de acordos prestacionais a médio e longo prazo com base em período de 12,5 anos, ao abrigo dos mecanismos legais em vigor;
- (iii) Reversão e racionalização do parque imobiliário, transformando este parque em ativos de rendimento;

- (iv) Implementação de modelos financeiros que permitam assegurar o repatriamento de divisas do mercado internacional, nomeadamente quanto a clientes do sector público de países africanos como Angola, por via da linha protocolada entre Portugal – Angola para cobertura de riscos de exportações nacionais de bens, serviços e equipamentos e cujo recebimento será assegurado em Portugal em euros;
- (v) Negociação com clientes internacionais para o recebimento em Portugal de divisas em USD, nomeadamente quanto aos serviços prestados a clientes do sector do Oil & Gas;
- (vi) Redução de custos na estrutura central, com implementação em curso de medidas de racionalização tais como a renegociação das condições dos seguros do grupo, redução e adequação da frota, comunicações, instalações entre outras;
- (vii) Redução de custos de *overheads*, com implementação em curso de medidas de centralização de serviços e reestruturação da política de remunerações;
- (viii) Desenvolvimento de modelos de gestão com introdução de componentes de robotização e de inteligência artificial que permitam uma redução e racionalização de custos operacionais e melhoria de eficiência por via da implementação de procedimentos de melhoria contínua;
- (ix) Intensificação do desenvolvimento, em função das atuais capacidades da empresa e da procura a si dirigida pelos seus principais clientes, e de ofertas mais sofisticadas nos produtos de segurança, *disaster recovery*, 3ª plataforma (*cloud*, mobilidade, *social business* e *big data*), virtualização e aceleradores de inovação (*IoT – Internet of Things*, Robótica, Impressão 3D);
- (x) Foco na rentabilidade e na sustentabilidade das operações através monitorização e partilha constante dos resultados das operações, aliada à inovação nos processos e tecnologias de suporte *inhouse*;
- (xi) Modelo de dinamização de negócio para recuperação de *market share* em segmentos estratégicos e aumento do volume de negócios, com a angariação de novos clientes via *nearshoring* e parceiros internacionais.

Para além das ações planeadas e executadas no âmbito dos vetores referidos, a administração, pretendendo ainda assegurar a continuidade da operação, tem empreendido ações que visam tornar a sociedade mais resiliente a eventuais acontecimentos que possam comprometer de forma grave a sua atividade. Esses incidentes podem ser naturais (condições climatéricas extremas, terramotos...), físicos (Incêndio e outras emergências, fuga tóxica nas proximidades, intrusão, terrorismo...), humanos (greves, tumultos, terrorismo, pandemias...), ou de segurança de informação (Roubo ou perda de informação, *software* malicioso...).

Assim, e de acordo com as boas práticas e normativos aplicáveis em particular a norma “ISO 22301:2019, Security and resilience Business Continuity Management Systems Requirements”, a ISO “31000:2009 Risk Management Principles and Guidelines” e a “BS 11200:2014 Crisis Management Guidance and Good Practice”, a Reditus deu início à implementação de um Sistema de Gestão da Continuidade de Negócio (isto é, um sistema composto por políticas, recursos, processos e procedimentos para assegurar o funcionamento contínuo do negócio, ou a sua recuperação

atempada, no caso da ocorrência de eventos suscetíveis de perturbar o normal desenrolar da atividade, sejam eles de origem natural, física, humana ou tecnológica).

Para tal, selecionou, de entre os seus processos e serviços, os críticos, avaliou os riscos e efetuou a análise do impacto (BIA – Business Impact Assessment). Em função do resultado desenhou o seu Plano de Continuidade de Negócio (PCN), que inclui ações para a resposta à emergência, para a gestão da crise e comunicação, e para a recuperação. Este plano agrega ainda as ações decorrentes dos Planos de Continuidade dos Serviços contratualizados com os clientes e tem vindo a ser implementado, testado e ajustado.

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o conjunto das normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF), previstas pelo sistema de normalização contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelo das demonstrações financeiras);
- Portaria nº 2018/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas).

A Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2019 e de 2018 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras e as notas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Comparabilidade

No presente exercício foram reexpressas as demonstrações financeiras de 2018 por entendimento da CMVM que o reconhecimento pela TORA de um ativo intangível, resultante de um contrato realizado em 2004 entre a Tora, o Millennium BCP e a Reditus, cuja amortização terminava no presente

exercício, foi indevido. Assim, por ser entendimento do Conselho de Administração que se trata de erros de exercícios anteriores, foi efetuada a reexpressão em Resultados Transitados, do valor até à data reconhecido em Propriedade Industrial com impacto nas seguintes rubricas:

Efeito da Reexpressão de 2018	Saldo Inicial	Ajustamentos	Saldo Reexpresso
Ativo não corrente			
Participações financeiras -MEP	43.870.377	609.403	44.479.780
Capitais Próprios			
Resultados líquido do período	(9.433.742)	1.218.806	(8.824.339)
Resultados transitados	-	(1.218.806)	(1.218.806)

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, software (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.5 Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações)

caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.6 Participações financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo ou que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das Empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos/ outras variações no Capital Próprio”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em Empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de Empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

3.7 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outros créditos a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados

durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem contas a receber por serviços prestados pela Empresa. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelos respetivos valores nominais, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade dos créditos a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.8 Resultados por Ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.9 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

3.10 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, quando aplicável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.11 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

3.12 Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser

mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.13 Impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.14 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outros créditos a receber” e “Outras dividas a pagar”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

3.15 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outros créditos a receber.

(iii) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte decomposição:

	2019	2018
Numerário		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	298	298
	<u>298</u>	<u>298</u>
Descobertos bancários (Nota 14)	(13.923)	(399.346)
Caixa e seus equivalentes (Demonstração Fluxos Caixa)	<u>(13.625)</u>	<u>(399.048)</u>

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2019							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativos								
Saldo inicial			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Aquisições								
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			<u>15.961</u>	<u>323.602</u>	<u>322.446</u>	<u>3.135</u>		<u>665.143</u>
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Depreciações do exercício								
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			<u>15.961</u>	<u>323.602</u>	<u>317.046</u>	<u>735</u>		<u>657.343</u>
Ativos líquidos					5.400	2.400		7.800

	2018							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativos								
Saldo inicial			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Aquisições								
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	322.446	3.135		665.143
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Depreciações do exercício								
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.961	323.602	317.046	735		657.343
Ativos líquidos					5.400	2.400		7.800

Os ativos fixos tangíveis que permanecem com valor líquido positivo respeitam a obras de arte, as quais não sofrem depreciação.

6 LOCAÇÕES

Locações operacionais:

Os gastos ocorridos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme segue:

	Gasto do período	
	2019	2018
Pagamentos mínimos	33.771	84.229
	33.771	84.229

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2019	2018
Até 1 ano		3.247
Entre 1 ano e 5 anos		
A mais de 5 anos	-	-
		3.247

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	Sede	2019							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	7.515.719	6.440.343	1.075.376	188.688	(176.146)	100%	(176.146)	1.075.376
Reditus Gestão	Lisboa	91.497.351	53.685.110	34.812.241	2.008.214	(6.219.197)	100%	(6.219.197)	34.812.241
Tora	Lisboa	6.337.003	4.338.568	1.998.434	1.561.390	977.877	100%	977.877	1.998.434
								(5.417.467)	37.886.051

	Sede	2018							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	8.146.384	6.894.862	1.251.522	191.736	(153.114)	100%	(153.114)	1.251.522
Reditus Gestão (valores ajustados)	Lisboa	95.746.020	51.757.126	40.988.894	2.138.688	(9.358.085)	100%	(9.358.085)	40.988.894
Tora (reexpresso)	Lisboa	5.977.495	4.956.937	1.020.558	2.618.008	1.834.013	100%	1.834.013	1.020.558
								(7.677.186)	43.260.974

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018.

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. Contudo, no decorrer do exercício de 2019 a empresa Techinfor, S.A, recorreu a um mecanismo legal de revitalização pelo que o imposto está contabilizado na própria Empresa.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme segue:

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE		
	2019	2018
Resultado antes de impostos	(6.212.653)	(9.614.732)
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa	(1.304.657)	(2.019.094)
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	11.572	22.056
Outros	(69.132)	75.864
Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	1.137.668	1.740.184
	(224.549)	(180.990)
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores		
Gasto com impostos sobre o rendimento	(224.549)	(180.990)

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2019		2018	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	1.689.811		1.587.159	
Outros	283.304	-	283.304	-
Saldo final	1.973.115		1.870.462	

Em 2019, foram reconhecidos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis.

Ano de Prejuízo Fiscal	Ano Limite para Dedução	Valor do Prejuízo por utilizar	Valor da Dedução
2016	2028	1.330.126	278.073
2017	2029	1.948.662	437.792
2018	2030	4.780.378	871.293
2019	2031	488.823	102.653
		8.547.989	1.689.811

9 ATIVOS FINANCEIROS

Cientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2019			2018		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Cientes a)	120.377	(14.079)	106.297	21.904	(14.079)	7.825
	120.377	(14.079)	106.297	21.904	(14.079)	7.825
Outros créditos a receber						
Pessoal b)	1.792.194	(1.774.188)	18.006	1.792.244	(1.774.188)	18.055
Deved. Por acrésc. Rendimentos c)	252.100		252.100	366.688		366.688
Devedores Grupo	4.002.548		4.002.548	4.175.662		4.175.662
Outros Devedores	153.244		153.244	159.499		159.499
	6.200.086	(1.774.188)	4.425.898	6.494.093	(1.774.188)	4.719.905
	6.320.463	(1.788.267)	4.532.196	6.515.997	(1.788.267)	4.727.730

- Os saldos de clientes respeitam essencialmente a valores a receber das Empresas do Grupo Reditus;
- Em 2014, a Empresa procedeu ao reforço da imparidade de valores a receber do pessoal, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de saldos não recuperáveis;

- c) Os devedores por acréscimo de rendimentos referem-se aos management fees de anos anteriores, assim como a juros a serem faturados em 2020 a Empresas do Grupo;

10 DIFERIMENTOS

Diferimentos ativos

O valor dos diferimentos em 2019 e 2018 respeita a gastos diferidos com seguros faturados pelas seguradoras.

	2019	2018
Gastos a reconhecer	3.009	6.012
	<u>3.009</u>	<u>6.012</u>

11 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018
Acções Millenniumbcp	1.577.846	1.577.846
Imparidade	(1.570.680)	(1.569.737)
	<u>7.166</u>	<u>8.109</u>

As 35.333 ações detidas do BCP encontram-se valorizadas ao justo valor de 0,2028 euros.

12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2019	2018 REEXPRESSO
Capital		
Valor nominal	14.638.691	14.638.691
Reservas Legais	2.086.160	2.086.160
Outras Reservas	2.726.322	2.726.322
Resultados Transitados	(10.043.145)	(1.218.806)
Ajustamentos ativos financeiros	(62.368)	(104.912)
Excedentes de revalorização	5.939	5.939
	<u>(255.183)</u>	<u>(255.183)</u>
Ações/quotas próprias		
Prémios / descontos	9.952.762	9.952.762
Resultado líquido do período	(5.988.103)	(8.824.339)
	<u>13.061.075</u>	<u>19.006.634</u>

Capital social

No exercício de 2018, após as deliberações tomadas em assembleia geral procedeu-se à redução do capital social de 73.193.455€ para 14.638.691€, no montante global de 58.554.764€, sendo o

montante de 56.179.457€ para cobertura de prejuízos, o montante de 1.171.254€ para ajustamento do valor das ações próprias e o de 1.204.053€ para criação de reservas especiais, com a redução de 4,00€ no valor nominal de todas e cada uma das 14.638.691 de ações em que se divide o capital social, as quais passaram, assim, a ter um valor nominal de 1,00€.

Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2019, a Reditus SGPS detinha em carteira 255.184 ações próprias, representativas de 1,74% do capital social.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2019 a reserva legal ascendia a 2.086.160 €.

Ajustamento de ativos financeiros

A variação dos ajustamentos de ativos financeiros decorre nas variações dos capitais próprios das participadas.

Prémios de emissão

Os prémios de emissão a 31 de dezembro de 2019 ascendiam a 9.952.762 euros.

13 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rubricas de “fornecedores” e de “outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2019	2018
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	386.158	403.434
Fornecedores, títulos a pagar	79.954	35.707
	<u>466.112</u>	<u>439.141</u>

Encontra-se em curso uma renegociação global do passivo, incluindo as dívidas a fornecedores, em conformidade com o plano da continuidade dos negócios.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme segue:

	2019		2018	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito	20.571.580	1.022.678	1.303.290	20.290.968
	<u>20.571.580</u>	<u>1.022.678</u>	<u>1.303.290</u>	<u>20.290.968</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	13.923		399.346	
	<u>13.923</u>	<u>-</u>	<u>399.346</u>	<u>-</u>
Total instituições financeiras	<u>20.585.503</u>	<u>1.022.678</u>	<u>1.702.635</u>	<u>20.290.968</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Techinfor	869.316		54.272	
Reditus CIS	5.998		5.998	
Reditus Consulting	756.104		406.208	
RBP	1.393.030		1.367.104	
JobValue	98.602		78.586	
Total outras entidades	<u>3.123.050</u>	<u>0</u>	<u>1.912.169</u>	<u>0</u>
	<u>23.708.553</u>	<u>1.022.678</u>	<u>3.614.805</u>	<u>20.290.968</u>

Encontra-se em curso uma renegociação global do passivo, nomeadamente a reestruturação do passivo bancário em conformidade com o descrito no ponto 3 do relatório de gestão- princípio da continuidade do negócio.

Os empréstimos com garantias existentes em 31 de dezembro de 2019 são:

- Empréstimo no Millenniumbcp com o valor em dívida de 19.170.000 euros, o qual tem como garantia o penhor de 502.747 ações do Millenniumbcp e o penhor de 10.900.000 ações da Reditus Gestão;
- O empréstimo do Novo Banco de 1.022.523 euros é uma conta de médio longo prazo, tem como garantia uma penhora de 4º grau, 104.428 ações da Reditus SGPS e 100.000 ações da Reditus Gestão, com uma taxa de juro de 2,75%, que possui uma cláusula que permite ao banco solicitar o reembolso antecipado total ou parcial caso exista por parte dos acionistas Miguel Paes do Amaral, Fernando Manuel Cardoso Malheiro Fonseca Santos, António Maria Mello Silva César Menezes, José António Limão Costa Gatta, transmissão de participações representativas do capital do grupo superiores a 5% das detidas por cada um deles.

Responsabilidade solidária da Reditus SGPS em financiamentos:

- Em 31 de dezembro de 2019, a Reditus SGPS, era solidariamente responsável em três financiamentos contraídos juntos do Novo banco, pelas Sociedades a All2it Infocomunicações SA, Partblack, SA e Reditus Gestão, SA que à data ascendiam aos montantes de 986.000€, 290.862€ e 5.586.720€, respetivamente;
- Adicionalmente era mantida responsabilidade solidária com a Reditus gestão nos financiamentos que esta tem junto da Caixa Central de Credito Mutuo, no A Banca, na Caixa Económica Montepio Geral e na Parvalorém, nos montantes de 875.000€, 277.177€, 4.482.866€ e 86.102€, respetivamente.

A parcela classificada como não corrente em 2019 e 2018 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2019	2018
	Capital	Capital
2020		19.206.112
2021	42.816	105.149
2022	979.862	979.707
	<u>1.022.678</u>	<u>20.290.968</u>

14 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas “Adiantamentos a fornecedores”, “Outras dívidas a pagar” e “Dívidas a pessoal” apresentavam a seguinte composição:

	2019	2018
Corrente		
Credores por acréscimos de gastos	813.294	458.783
Valores de pessoal	123.875	110.312
Outros credores	817.799	1.662.294
	<u>1.754.968</u>	<u>2.231.389</u>
	<u>1.754.968</u>	<u>2.231.389</u>

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não corrente				
Prestacionais		0		2.086.656
		<u>0</u>		<u>2.086.656</u>
Corrente:				
Retenção na Fonte	92.989	4.789	79.538	
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		1.062.965		
Imposto sobre o valor acrescentado	19	199.731	2.125	116.186
Contribuições para a Segurança Social		218.863		62.057
Prestacional (misto)		3.002.907		2.115.212
	<u>93.008</u>	<u>4.489.256</u>	<u>81.663</u>	<u>2.293.455</u>

As taxas de juros dos prestacionais são de 4%.

As garantias prestadas pela Reditus SGPS, para os planos, são ações de participadas avaliadas pela AT.

No decorrer do exercício de 2019 a empresa do Grupo Reditus Techinfor, SA. recorreu a um mecanismo legal de revitalização pelo que o imposto está contabilizado na própria Empresa, passando a não ser considerada no mesmo Grupo Fiscal.

Encontra-se em curso uma renegociação global do passivo, nomeadamente a reestruturação do passivo fiscal em conformidade em o descritivo no relatório de gestão, o princípio da continuidade.

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme segue:

	2019	2018
Trabalhos especializados	105.118	82.760
Rendas e alugueres	33.771	84.229
Outros	5.569	9.257
Seguros	25.265	20.637
Água, eletricidade e combustíveis	19.656	22.525
Deslocações, estadas e transportes	14.456	13.506
Comunicação	8.262	7.327
Conservação e Reparação	4.303	8.172
	<u>216.401</u>	<u>248.412</u>

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme segue:

	2019	2018
Remunerações do pessoal	29.781	29.781
Encargos sobre remunerações	6.799	6.732
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	108	63
Outros	52	338
	<u>36.739</u>	<u>36.914</u>

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme segue:

	2019	2018
Rendimentos suplementares	32.721	45.823
Alienação ativos	0	0
Outros	61.000	355
	<u>93.721</u>	<u>46.178</u>

19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme segue:

	2019	2018
Impostos	12.773	30.462
Correções de exercícios anteriores	10.555	336.513
Gastos e perdas em ativos financeiros	2.442	1.502
Outros	2.244	3.219
	<u>28.013</u>	<u>371.696</u>

20 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são conforme segue:

	2019	2018
Juros suportados		
Financiamentos bancários	641.377	679.473
Locações financeiras		
Empréstimos obrigacionistas		
Mora e compensatórios	5.555	27.428
Outros financiamentos	<u>129</u>	<u>49.215</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Outros gastos de financiamento	<u>13.185</u>	<u>9.011</u>
	<u>660.246</u>	<u>765.126</u>

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme segue:

	2019	2018
Juros obtidos		
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	1.569	
Financiamentos concedidos a subsidiárias	<u>58.424</u>	<u>47.828</u>
	<u>59.993</u>	<u>47.828</u>

21 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2019:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			5.009	35.406				58.424	32.721
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
			5.009	35.406				58.424	32.721

2018:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			14.371	49.215				47.828	45.823
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
			14.371	49.215				47.828	45.823

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2019:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias							
Associadas	98.497			98.497	33.522		33.522
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas							
	98.497			98.497	33.522		33.522

2018:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias							
Associadas	25			25	56.019		56.019
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas							
	25			25	56.019		56.019

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas:

2019:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias						
Associadas	3.123.050		3.123.050	4.002.548		4.002.548
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	<u>3.123.050</u>		<u>3.123.050</u>	<u>4.002.548</u>		<u>4.002.548</u>

2018:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias						
Associadas	1.912.169		1.912.169	4.175.662		4.175.662
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	<u>1.912.169</u>		<u>1.912.169</u>	<u>4.175.662</u>		<u>4.175.662</u>

22 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 45.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individual e contas consolidadas.

Dívidas em Mora

Dando cumprimentos ao estipulado no Art.º 210 da Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo) e nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de Novembro, a Administração informa que a sociedade apresenta as seguintes dívidas à Autoridade Tributária e ao IGFSS:

	2019	2018
IGFSS	218.042	289.089
Direcção Geral dos Impostos	4.270.083	4.091.022
	<u>4.488.125</u>	<u>4.380.111</u>

23 CONTINGÊNCIAS

A Empresa foi notificada para proceder a correções em sede de IRC, com referência aos anos de 2005 a 2007 e do ano de 2013 a 2015, tendo ainda recebido uma liquidação adicional de IVA referente a 2009:

- (i) A liquidação de IRC referente a 2004 não envolve imposto a pagar, refletindo-se nas correções dos exercícios posteriores. A Empresa aguarda o desfecho da impugnação judicial que apresentou relativamente à liquidação de 2005, na parte em que não lhe foi dada razão em sede

do recurso hierárquico. Os recursos hierárquicos que a Empresa apresentou relativamente às liquidações referentes aos exercícios de 2006 e 2007 foram parcialmente deferidos, sendo que a única questão que se mantém em relação a estes dois exercícios, prende-se com o reporte de prejuízos de exercícios anteriores, dependente do resultado da impugnação deduzida contra o IRC de 2005.

(ii) Relativamente à liquidação de IVA de 2009, a reclamação apresentada foi parcialmente deferida, tendo sido deduzido recurso hierárquico contra a parte indeferida.

É entendimento da Administração que esta situação não implica qualquer responsabilidade não refletida nas contas da Empresa.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Como factos relevantes ocorridos em 2020, até à data de emissão do presente relatório destacamos:

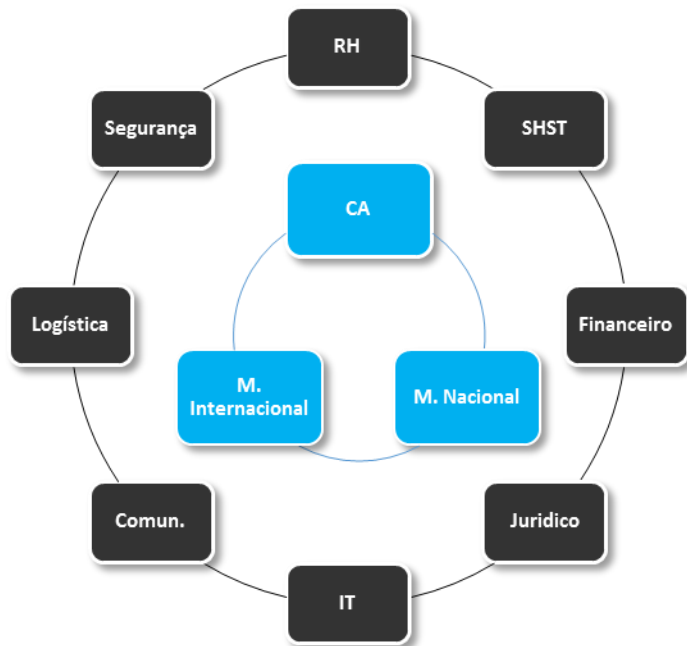
Covid-19

A propagação do vírus SARS-CoV-2, com início ainda no final de 2019, rapidamente atingiu proporções alarmantes provocando a pandemia de COVID-19.

O impacto na economia, no emprego e nas empresas é já muito significativo e a Reditus, embora seja das organizações menos afetadas, não é imune a este tipo de situações, principalmente se se prolongarem por muito tempo.

Desde o início de 2020 que a Reditus monitoriza a situação, recorrendo à informação disponibilizada pelas entidades oficiais a nível internacional e nacional.

O Conselho de Administração constituiu um grupo de trabalho *ad hoc* multidisciplinar por si coordenado e que inclui os responsáveis dos mercados e de áreas de suporte (RH, SHST, Financeira, Jurídica, IT, Comunicação, Logística e Segurança) que reúne frequentemente (agora diariamente) para poder avaliar os dados sobre o impacto da crise nas várias dimensões da organização (saúde das pessoas, operações, desempenho económico e financeiro e estratégia a curto e médio prazo) e reagir coordenadamente.



Grupo Ad hoc para o Covid-19

Com o aumentar do risco de contaminação pelo vírus SARS-CoV-2 em Portugal, o Conselho de Administração ativou o PCN (Plano de Continuidade do Negócio da Reditus), cujos cenários incluem, pelo menos desde a crise da Gripe A, o de **pandemia**.

As ações desencadeadas até ao momento, muitas das quais se anteciparam às recomendações emitidas e restrições impostas pelas autoridades, têm sido eficazes até ao momento.

Cronologicamente destacamos:

- 5 de março - Comunicação e operacionalização do Plano de Contingência para o Coronavírus cujo objetivo era reforçar as ações de prevenção e definir como atuar perante a suspeita de que algum colaborador da Reditus, visitante, cliente ou outras pessoa contactada, pudesse estar infetado. Este plano foi elaborado em linha com o conteúdo do PCN e de acordo com as recomendações entretanto emitidas pelas autoridades de saúde nacionais.

Neste âmbito foram desde logo:

- Reforçadas e revistas as medidas gerais de prevenção com a redução do contacto social evitando reuniões e visitas, proibindo viagens; promovendo a utilização de meios de comunicação à distância, disponibilizando solução alcoólica para higienização das mãos.
- Empreendidas as ações de informação e sensibilização aos colaboradores através de vários meios e suportes.
- Estabelecidos canais de comunicação com outras partes interessadas (com destaque para clientes, parceiros e fornecedores);
- Revistos e melhorados os procedimentos de higienização dos espaços de trabalho e outros;
- Preparadas zonas de isolamento.
- Definidos procedimentos de reação para casos suspeitos;
- Disponibilizadas máscaras e luvas para utilização onde necessárias;

- Promovida a revisão dos planos de continuidade dos serviços em conjunto com os clientes.

Este Plano de Contingência para o Coronavírus foi sendo posteriormente revisto em função da evolução da situação, nomeadamente a declaração de pandemia e mais tarde a de estado de emergência.

- 9 de março – Início da separação física das equipas mais numerosas em diferentes *sites* ou centros de serviço. Esta medida permite aumentar mais o distanciamento social, e assegurar a continuidade do serviço caso seja necessário evacuar algum dos locais.

Regresso a Portugal de todos os colaboradores deslocados no estrangeiro.

Alteração progressiva dos processos de trabalho (permitindo reduzir as necessidades de deslocações e contactos presenciais).

- 12 de março – Início da mudança para teletrabalho de todos os colaboradores cujas funções o permitissem. A quase totalidade das equipas de suporte e gestão foram colocadas em teletrabalho assim como as equipas afetas à grande maioria dos serviços. Este processo foi concluído em menos de 1 semana.

Com estas medidas a Reditus limitou o impacto da COVID-19 na sua atividade uma vez que consegue assegurar a prestação dos serviços a todos os seus clientes não se prevendo uma alteração significativa no ritmo de trabalho nem na rentabilidade das operações.

Apesar de se verificar uma ligeira diminuição da atividade global decorrente da redução dos volumes de trabalho de dois clientes (um do sector segurador e outro do sector financeiro), o processo comercial mantém-se ativo e dinâmico.

É de referir que, não se conseguindo estimar com alguma certeza o final desta pandemia, estão também a ser tomadas medidas para reduzir custos associados a atividades não críticas, reduzir e racionalizar *overheads* e rever políticas de remuneração de forma a mitigar as consequências de uma potencial redução de proveitos.

Com base no acima exposto, a administração da Reditus acredita que, apesar da pandemia, conseguirá atingir os principais objetivos delineado para 2020.

Do ponto de vista estratégico, iniciou-se já um estudo do que poderá ser “o novo” da atividade, dos processos e do mercado - “o novo normal”, capitalizando a aprendizagem já efetuada e procurando preparar a organização para um futuro de sucesso.

Assim, à data do presente relatório, o Conselho de Administração considera que dispõe dos recursos necessários para manter a atividade e que se mantém válido o pressuposto da continuidade das operações utilizado nas demonstrações financeiras agora apresentadas.

25 PROPOSTA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo o exercício de 2019 encerrado com um resultado líquido negativo em 5.988.103,02 euros, o Conselho de Administração propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** (Empresa) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 44.502.642 euros e um total de capital próprio de 13.061.074 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.988.103 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Rua Frederico de Oliveira 4, 3ª A
1300-628 Lisboa / Portugal
Tel / Fax: +351 213 602 500 / 01
auren.lisboa@cauren.pt

AUREN AUDITORES

Incerteza material relacionada com a continuidade

À data do nosso relatório, existe uma incerteza material relativamente ao pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Empresa baseado no facto do passivo corrente ser substancialmente superior ao ativo corrente, o que tem vindo a colocar, e poderá continuar a colocar durante o exercício de 2020, significativas dificuldades para a sociedade honrar os seus compromissos.

Este desequilíbrio financeiro decore essencialmente do elevado nível de endividamento bancário, consequência do atraso continuado no repatriamento de divisas do mercado africano, onde operam algumas das suas participadas, o que tem condicionado de forma relevante a sua liquidez e consequente capacidade em cumprir i) as obrigações junto das instituições bancárias, ii) as obrigações fiscais e para fiscais e iii) as responsabilidades perante fornecedores e trabalhadores.

Esta incerteza material encontra-se divulgada no Relatório de Gestão e na nota nº 2 do Anexo às demonstrações financeiras, onde a Administração reconhece as condições e os acontecimentos que estiveram na origem dessa incerteza e, por outro lado, releva uma série de medidas concretas, incluídas num plano estratégico para o Grupo económico definido pela Empresa, cuja implementação está em curso.

Considerando a evolução favorável dessas medidas, o que permitirá reequilibrar os fluxos de tesouraria, é convicção da Administração que a Entidade e a suas participadas poderão vir a realizar os seus ativos e liquidar os seus passivos, no âmbito normal da sua atividade, garantindo a continuidade das operações.

Assim, face ao exposto acima e as provas de auditoria obtidas, a nossa opinião não é modificada com respeito à adequada utilização do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

Ênfases

Conforme referido no balanço e na demonstração dos resultados por naturezas e detalhado na nota 3.2 do anexo às demonstrações financeira, a Empresa reexpressou as demonstrações financeiras de 2018 apresentadas para efeitos comparativos.

Na nota 42 do Anexo às demonstrações financeiras estão divulgadas as medidas tomadas pelo Conselho de Administração para limitar o impacto da COVID-19, sendo a sua avaliação da situação, de acordo com os dados disponíveis, de que as empresas participadas pela Reditus SGPS conseguem assegurar a prestação dos serviços a todos os seus clientes, não se prevendo uma alteração significativa no ritmo de trabalho, nem na rentabilidade das operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Considerámos na auditoria a seguinte matéria relevante:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Investimentos financeiros e empréstimos com as empresas subsidiárias	
<p>Em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilístico das participações financeiras deitadas pela Reditus SGPS SA ascendia a cerca de 37.885.000 euros e o montante dos empréstimos concedidos a empresas subsidiárias ascendia a cerca de 4.000.000 euros (85% e 9%, respetivamente, do total do ativo da Reditus SGPS SA), enquanto que os empréstimos obtidos (cerca de 3.123.000 euros) representavam 10% do passivo.</p> <p>Conforme indicado nas notas 3.6 e 7 do Anexo às Demonstrações financeiras, a Empresa valoriza as participações financeiras deitadas nas suas subsidiárias pelo método da equivalência patrimonial.</p> <p>Face ao acima mencionada, consideramos que estas áreas constituem matérias relevantes de auditoria.</p>	<p>A revisão legal de contas das subsidiárias da Reditus SGPS SA é realizada por outra sociedade de revisores oficiais de contas (ROC). Conforme preconizado pela ISA 600 "Auditoria a Grupos", devemos obter prova de auditoria suficiente e apropriada sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Desta forma, procedemos a diversas ações, de entre as quais: (i) estabelecimento de plano de auditoria do Grupo, com instruções de trabalho para o desenvolvimento da auditoria ao Grupo; (ii) reuniões com o ROC das componentes no início, durante e após a comunicação das matérias relevantes, obtendo esclarecimentos e consultado papéis de trabalho para as referidas matérias; (iii) obtenção das Certificações Legais das Contas emitidas pelo ROC; (iv) a conferência dos cálculos atetos à aplicação do método da equivalência patrimonial; e (v) avaliação da razoabilidade das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Outras matérias

As presentes demonstrações financeiras referem-se à atividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos do normativo legal em vigor. Contudo, a Empresa também preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela EU, para publicação em separado nos termos da legislação em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluia, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas



circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa:

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes da auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário



Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2017, mantendo-nos em funções até à presente data.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA, mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização em 29 de maio de 2020.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Empresa durante a realização da auditoria.

Lisboa, 29 de maio de 2020

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.
(inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 8158)
Representada por:



Victor Manuel Leitão Ladeira
(R.O.C. nº 861)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2019, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Reditus SGPS, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Fiscalização da Sociedade

O Conselho Fiscal, desde que foi eleito, dando cumprimento aos seus deveres legais de fiscalização, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua atividade, e no estrito cumprimento dos seus deveres legais, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou, ainda, o sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo havido quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade. O Conselho Fiscal recebeu sempre a colaboração solicitada por parte do Conselho de Administração, bem como dos responsáveis operacionais pelos serviços de contabilidade, de tesouraria e jurídicos.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais incluem as demonstrações da posição financeira, a demonstração dos resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Além disso analisou, e concorda, com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Declaração de conformidade

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, possa aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2019.

Alfragide, 29 de maio de 2020

O Conselho Fiscal,

Dr. Armando Jorge de Carvalho Costa e Silva – Presidente

Dr. Luís Henriques de Lancastre de Lima Raposo – Vogal

Dr^a Sónia Maria Soares Aguiar – Vogal

PORTUGAL

SEDE

Av. 5 de Outubro, 125, loja 2
1050-052 Lisboa

ESCRITÓRIOS CENTRAIS

Estrada do Seminário, 2
Edifício Reditus
2614-522 Alfragide

REDITUS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Sociedade Aberta | Sede: Av. 5 de Outubro, 125, loja 2
1050-052 Lisboa
Capital Social: 14.638.691,00 Euros
Matriculada na C.R.C. de Lisboa com o número único de matrícula
de Pessoa Colectiva nº 500 400 997